

2

Construção social dos valores da coparentalidade

A coparentalidade pode ser definida como a articulação dos papéis parentais nos cuidados e na negociação das responsabilidades em relação ao bem-estar e educação de uma criança. Abrange a divisão da liderança parental e o envolvimento conjunto nas decisões sobre a vida da criança, a partir do suporte e comprometimento dos adultos envolvidos no exercício da parentalidade em cada família (Belsky, Crnic e Gable, 1995; Margolin, et. al., 2001; Van Egeren e Hawkins, 2004; Frizzo, et al., 2005; Grzybowski e Wagner, 2010; Lamela, et al., 2010; McHale e Lindahl, 2011; Palkovitz et al. 2014).

Trata-se de um conceito relativo às sociedades ocidentais contemporâneas, pois pressupõe um papel de destaque da família no desenvolvimento infantil e uma organização de seus membros na realização dessa tarefa que só é possível ser observada a partir da segunda metade do século XX. A coparentalidade, tal como definida acima, implica uma participação ativa do pai no cuidado e na educação dos filhos e aponta para uma indefinição prévia dos papéis parentais, envolvendo a partilha da liderança e a constante negociação da divisão de tarefas. Além disso, esse conceito evidencia a importância das relações familiares e a responsabilidade dos pais no desenvolvimento e no bem-estar da criança.

A observação da trajetória da instituição familiar ao longo da história aponta para diferentes formas de organização e relação entre seus membros. Na sociedade medieval, a família nuclear encontrava-se diluída em um convívio comunitário intenso, em que a criação e educação dos filhos não tinha grande importância e era partilhada por todo o grupo social (Ariés, 1978; Badinter, 1985). A partir do século XVIII, a família volta-se para a intimidade do lar e centra-se em torno da criança, de sua felicidade e de seu desenvolvimento saudável. Surge então a família nuclear

tradicional, com uma divisão estruturada de papéis definidos por gênero e idade e relacionamentos familiares baseados na autoridade e na hierarquia (Figueira, 1986; Singly, 2007). Esse modelo começa a ser questionado nos anos 60, a partir de uma crescente valorização de uma ideologia igualitária. Na contemporaneidade, as relações familiares não são mais marcadas por papéis e obrigações claramente preestabelecidos e todas as questões da família são objetos de negociações (Sarti, 2002).

Na atualidade, o papel parental no desenvolvimento infantil é amplamente difundido pelos especialistas das áreas da saúde, educação e direito, e ambos os pais são convocados a participar da criação e da educação dos filhos. Nesse contexto, surge o conceito de coparentalidade, na tentativa de considerar o sistema familiar de forma mais ampla e de enfatizar a relevância das relações mais harmônicas entre pai e mãe nas tarefas educativas e seus efeitos no desenvolvimento da criança (Frizzo, et. al., 2005).

No presente capítulo, será realizada uma exploração das transformações sofridas pela organização familiar desde a Idade Média até os dias de hoje, destacando as relações entre homens/mulheres e adultos/crianças dentro da família ao longo deste período. Pretende-se discutir como os valores presentes no conceito de coparentalidade foram desenvolvidos ao longo da história da instituição familiar, dando ênfase às modificações ocorridas nas formas de organização da família e sua relevância para a sociedade ocidental, nos diferentes aspectos da divisão de papéis entre seus membros e nas mudanças sofridas pelas práticas educativas até o contexto atual. Para compreender como os papéis parentais são estabelecidos na contemporaneidade – e como estes se articulam na construção da coparentalidade – faz-se necessário a discussão sobre estas mudanças da família ao longo do tempo.

2.1

Famílias comunitárias, hierárquicas e democráticas

Até o século XVIII, não havia no ocidente a percepção da importância da família restrita e dos cuidados da infância tal como vistos na atualidade. A sociedade medieval organizava-se como um bloco único, em que pessoas de

diferentes gerações e classes sociais conviviam lado a lado, muitas vezes na mesma casa, todo o tempo. Apesar da existência de uma hierarquia clara e praticamente intransponível entre as classes sociais, os diferentes papéis sociais misturavam-se permanentemente, em espaços compartilhados (Ariés, 1978; Mizrahi, 2004).

As crianças também experimentavam esse convívio comunitário desde cedo, participando do dia a dia dos adultos, das festas e das atividades de trabalho. Não havia nessa época, nenhum sentimento da especificidade da infância. Badinter (1985) defende que, até o século XVII, além de não ter nenhum valor, a criança era vista como algo ameaçador ou como um estorvo, um fardo para os pais. Esses sentimentos relacionados aos filhos contribuíram para o afastamento das crianças do convívio familiar, sendo criadas inicialmente em casas de amas-de-leite e, depois do desmame, servindo de criadas nas casas de outras famílias. A educação formal não era uma preocupação dos adultos: as crianças aprendiam tudo o que necessitavam na prática, pois os limites entre profissão e vida particular também não eram claramente definidos. Desde cedo, elas perdiam a convivência com seus familiares, o que, segundo Ariés (1978), impossibilitava a família de alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos.

A vivência coletiva da sociedade medieval não dava espaço para a experiência da solidão e da intimidade. Conviviam todo o tempo familiares, vizinhos, amigos e parceiros de trabalho, em espaços que serviam simultaneamente para descanso, alimentação, lazer e trabalho. Neste contexto de indiferenciação entre o público e o privado, a família existia como realidade vivida, tinha como função a transmissão de vida, bens e de nomes, mas não possuía o sentimento e o valor que lhe é atribuído na modernidade (Ariés 1978). Até a metade do século XVIII, o amor estava ausente como valor familiar e social. Badinter (1985) ressalta que este sentimento amoroso possuía um caráter negativo, associado à perda da razão e à efemeridade, o que impedia que ele constituísse prioritariamente o laço que unia os membros da família.

O sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas, portanto, fora da família, num 'meio' muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio (Ariés, 1978, p.11).

A convivência próxima de pessoas de diferentes idades e grupos sociais não era sentida como ameaçadora na sociedade medieval, pois a firmeza das definições das classes sociais deixava clara a invariabilidade das relações. Com a ascensão da burguesia no século XVIII e, conseqüentemente, com a perspectiva de mobilidade social, a possibilidade de mistura entre pessoas de diferentes condições passou a ser considerada perigosa, já que os vínculos de obrigação se tornam menos definidos. Para compensar essa diminuição das distâncias hierárquicas, surge a valorização da intimidade e a separação da casa do restante da comunidade como forma de proteção. A família transforma-se em um refúgio e a privacidade ganha um status de espaço privilegiado (Lash, 1977; Mizrahi, 2004).

O casamento, anteriormente visto como um arranjo de interesses econômicos entre as famílias, no final do século XVIII adquire caráter de escolha pessoal e a realização amorosa passa a ser o principal elemento da união conjugal. Badinter (1985) afirma que, mesmo quando havia outros interesses na união de duas pessoas, buscava-se cada vez mais conciliá-los com a busca da felicidade e com os sentimentos dos noivos.

Durante o século XIX, a formação dos laços matrimoniais, para a maior parte dos grupos na população, baseava-se em outras considerações além dos julgamentos de valor econômico. Ideias de amor romântico, antes de tudo exercendo a sua principal influência sobre os grupos burgueses, foram difundidas em grande parte pela ordem social (Giddens, 1993, p.15).

O novo casamento será o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura. Influenciados por este ideal romântico, os casais tornam-se colaboradores de um empreendimento afetivo conjunto e a família volta-se para dentro de casa, enxugando a quantidade de membros. Na medida em que os vínculos com pessoas não pertencentes ao núcleo familiar tornam-se mais enfraquecidos, fortalecem-se os laços afetivos no interior da família (Lash, 1977). Os filhos passam a ser considerados o principal fruto da união conjugal amorosa e a concretização natural do amor que os conjugues sentem um pelo outro. A família se centra em torno da criança e os laços emocionais entre pais e filhos se intensificam (Badinter, 1985).

O cuidado infantil ganha importância e a criança passa a ser considerada vulnerável e inocente, necessitando de um período de formação protegido e prolongado. Sua educação e criação transformam-se em algo mais exigente e a

educação formal nas escolas torna-se cada vez mais comum. As crianças deixam de ser mandadas para a casa de outras famílias ou para internatos, passando a conviver diariamente com a família. A saúde da criança torna-se objeto de preocupação para os pais que se sentem responsáveis pelo seu desenvolvimento sadio. Para isso, recorrem à ajuda de profissionais e a figura do médico de família passa a ser cada vez mais presente na passagem do século XVIII para o século XIX. A mulher adquire uma função primordial na criação e na educação dos filhos e volta-se cada vez mais para o trabalho doméstico e para a maternidade.

É, portanto um novo modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX. Voltada para o ‘interior’, a ‘intimidade’ que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera (Badinter, 1985, p.213).

Essa mudança de mentalidade sobre a importância da criança e o lugar da mulher na família teve grande influência do Estado. O poder público começa a promover medidas para diminuir o índice de mortalidade infantil, como o incentivo ao aleitamento materno e o aumento dos cuidados à criança, interessado em aumentar seu contingente militar e de trabalhadores disponíveis (Badinter, 1985). Com a Revolução Industrial, a necessidade de mão de obra torna-se evidente e o desenvolvimento saudável das crianças passa a ser uma preocupação do Estado. Como aponta Mizrahi (2004), “a criança deixaria de se tornar um fardo de curto prazo para tornar-se um investimento” (*op. cit.* p.42).

A Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, modificou também a relação das pessoas com o trabalho, contribuindo para o movimento de recolhimento da família no espaço privado do lar. Até a Idade Média, o ofício era realizado em casa, de forma artesanal, e com a participação de toda a família. Não havia uma divisão clara do espaço privado e da vida profissional. Com o advento das indústrias, a produção foi retirada do âmbito doméstico e coletivizada nas fábricas. O local de trabalho diferenciou-se de onde se realizavam as demais atividades da vida cotidiana e o homem passou a trabalhar muito longe da sua moradia, submetido à disciplina, hierarquia e vigilância constantes.

A família tornou-se um refúgio (Lash, 1977), o domínio privado onde o homem se protege do olhar inquiridor da sociedade industrial. A vida do trabalhador

passa a ser dividida entre o polo do trabalho e o familiar, enquanto a vida daqueles que não trabalham – mulheres, crianças e idosos – é inteiramente absorvida pelo polo familiar. O espaço público, urbano, deixa de ser espaço de trocas, aprendizado e diversão. Essas funções passam a ser desempenhadas pelo casal e pela família, que se torna cada vez mais fechada em si mesma (Ariés, 1981).

No Brasil, o processo de constituição da família nuclear tradicional também teve a participação do Estado, através do movimento médico higienista do século XIX. Seu objetivo era modificar os hábitos coloniais e aproximar a população dos costumes da burguesia europeia, atendendo aos interesses estatais. A medicina higiênica levantou a bandeira da salubridade como justificativa para determinar normas e regras de funcionamento para a cidade e para a vida cotidiana da população. Visando combater as altíssimas taxas de mortalidade infantil, implantou-se a noção da importância dos cuidados com as crianças e fecundou o sentimento de amor familiar (Costa, 1979).

A família nuclear adquire uma grande importância na vida dos indivíduos em toda a sociedade ocidental, pois, à medida que a sociabilidade se retrai, cabe às relações familiares substituírem as antigas relações sociais. É na intimidade da vida familiar que todas as expectativas de aprendizagem, afetividade e felicidade devem ser atendidas. Cabe à família suprir seus membros de paixão, ternura e afeto, prepará-los para a vida e promover diversão. Esse excesso de atribuições que incide sobre a família é, segundo Ariés (1981), o responsável pela crise pela qual essa instituição passará a partir do século XX.

O modelo familiar composto por pai, mãe e filhos, ligados fortemente por relações de afeto e intimidade, predomina na sociedade ocidental do século XIX até os anos 1960. Nessa família, a divisão do trabalho entre homem e mulher é estrita e clara, e a criança, sua educação e sua saúde, ocupam uma posição de destaque (Singly, 2007). A noção da responsabilidade dos pais pela criação dos filhos e a preocupação com o bem-estar das crianças ganham importância nesse modelo de família nuclear moderna e acompanham a organização familiar a partir desse período até a contemporaneidade. Esses dois aspectos encontram-se presentes na constituição do conceito de coparentalidade, pois este pressupõe que os cuidados com a saúde e com a educação dos filhos são funções da família e ressalta a

importância das relações e dos cuidados parentais no desenvolvimento saudável das crianças.

Por outro lado, ainda não está presente nessa organização familiar a necessidade de negociação na divisão de papéis parentais que caracteriza a coparentalidade. A família nuclear ainda marcada por valores tradicionais é organizada a partir da predefinição dos papéis familiares a partir do gênero e da idade. Homens, mulheres e crianças são percebidos como intrinsecamente diferentes e as relações são marcadas por essa diferenciação e pela desigualdade de poder (Figueira, 1986). As mulheres têm a responsabilidade sobre os cuidados dos filhos e detêm o controle daquilo que acontece dentro de casa, limitando-se, porém, a este “governo doméstico” e submetendo-se às decisões do marido, cujo poder é reforçado pelo trabalho fora de casa (Badinter, 1985).

A relação dos pais com os filhos também é marcada por essas diferenças essenciais, os adultos são aqueles que detêm o saber e devem demonstrar sua superioridade em relação às crianças através da disciplina. A identidade de cada membro da família é, portanto, definida a partir da sua posição, sexo e idade e prevalecem as ideias de “certo” e “errado”, com a existência de vários mecanismos para tentar controlar os possíveis desvios de comportamento (Figueira, 1986).

A partir dos anos 60, esse modelo sofre profundas mudanças, acompanhando as diversas transformações vividas pela sociedade ocidental no mesmo período. Dentre essas, aponta-se o crescimento do movimento feminista, que, através da crítica ao modelo da “mulher dona-de-casa”, impulsiona a busca feminina pela igualdade de direitos e pelo trabalho remunerado (Araújo, 2010).

A busca por realização pessoal e autonomia levou as mulheres a questionarem seu papel na tradicional divisão de tarefas familiares, dando início a movimentos que criticaram essas antigas relações de poder, reivindicando cada vez mais espaço no mercado de trabalho e transformando a vivência da sexualidade e da estrutura familiar de maneira mais ampla (Lyra, et al. 2010; Araújo, 2010). As mulheres buscaram maior participação nas decisões da família, melhor divisão das tarefas cotidianas e maior satisfação em outros aspectos de sua vida, como a realização profissional.

Os avanços da medicina também merecem destaque nesse processo de transformação das relações familiares, pois possibilitaram o surgimento de métodos contraceptivos e técnicas de reprodução assistida que desvincularam o casamento da sexualidade e da procriação. Segundo Sarti (2007), a pílula anticoncepcional, o trabalho remunerado feminino, e, posteriormente, as novas tecnologias reprodutivas, abalaram os alicerces familiares e inauguraram um processo de mudanças substantivas na família. A dimensão da escolha pessoal passa a ser inserida em um universo até então “naturalizado” e as relações e papéis familiares passam a ser pensados como passíveis de questionamentos e indagações.

A sexualidade, não mais atrelada à reprodução, tornou-se maleável, podendo ser assumida de diversas maneiras e transformando-se em uma propriedade do indivíduo. Paralelamente à sexualidade mais fluida, observa-se o surgimento de uma modalidade de relação denominada por Giddens (1993) de “relacionamento puro”. Trata-se de um relacionamento que se mantém apenas enquanto ambos os participantes conseguem extrair dele satisfação suficiente, onde a igualdade na doação e no recebimento emocional é necessária. O casamento heterossexual passa a ser considerado apenas uma modalidade de relação, dentre tantas possíveis, e os relacionamentos são vistos como contratos, abertos a negociações e deliberações de cada uma das partes. Dessa forma, surge a necessidade de conciliação entre as necessidades pessoais e a construção de projetos em comum do casal.

Há, na contemporaneidade, uma disseminação de uma ideologia igualitária, que promove a valorização da singularidade do ser humano como “eu” autêntico, possuidor da liberdade de poder buscar seus projetos e gerenciar a própria vida. Imersos em um sistema de valores que aprova essa autonomia e desvaloriza a herança material e simbólica e, apoiados pelas condições objetivas como a contracepção e o trabalho assalariado feminino, os sujeitos contemporâneos passam a ter maior domínio de seu destino individual e familiar (Singly2007).

A crescente valorização das relações enquanto possibilidade de satisfação pessoal é marca importante na organização familiar da contemporaneidade. O mais importante não é mais ter uma família feliz, mas sim atingir a felicidade individual de cada um. O principal problema desta visão seria, segundo Sarti (2002), compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiares. Ao mesmo tempo em

que a família se torna um serviço à disposição dos indivíduos que querem viver juntos, a busca de um si mesmo autônomo demanda laços sistemáticos com os indivíduos mais próximos, dando à família um lugar de destaque na construção da identidade individualizada. (Singly, 2007).

Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social (Sarti, 2002, p.43).

Esse cenário contribui para a desvalorização dos elos de dependência em relação às instituições e às normas pré-estabelecidas. O casamento perde seu caráter “eterno”, podendo ser desfeito caso não satisfaça qualquer um dos seus parceiros (Giddens 1993; Singly, 2007; Jablonski, 2010). As uniões conjugais revelam-se cada vez mais plurais e desconectadas da formalidade dos casamentos tradicionais, contribuindo para o aumento do número de divórcios, de recasamentos e o crescimento da coabitação fora do casamento. Assim, abre-se espaço para novas possibilidades de configurações familiares, com o esgarçamento dos laços e uma maior indefinição dos contornos que delimitam uma família.

O modelo de família nuclear – composta por pai, mãe e filhos – deixa de ser o único arranjo possível e na contemporaneidade torna-se cada vez mais comum a existência de outros, diferentes deste tradicional, como famílias recasadas, monoparentais e homoparentais, por exemplo. Com isso, as pesquisas da área ampliaram a definição de família e incluíram as diferentes configurações em seus estudos sobre o tema (Wagner e Levandowski, 2008; Jablonski, 2009 e 2010; Wagner, Tronco e Armani, 2011). Os estudos sobre coparentalidade surgem nesse contexto, através da necessidade de compreender as relações entre os responsáveis por uma criança após o divórcio, situação cada vez mais comum na sociedade ocidental a partir dos anos 60. Porém, após algum tempo, o foco para a articulação dos papéis parentais ampliou-se para todas as configurações familiares possíveis na contemporaneidade. Atualmente considera-se que a coparentalidade está presente em qualquer situação em que dois adultos dividem as responsabilidades e cuidados sobre uma criança (Margolin, Gordis e John, 2001; Frizzo, et. al., 2005; Lamela et al., 2010; McHale e Irace, 2011).

Na contemporaneidade, a ideologia igualitária provocou forte impacto também nas relações familiares, pois fez com que os laços sociais não se restringissem mais aos papéis e aos lugares anteriormente definidos na família. Nas sociedades tradicionais esses papéis são predeterminados, porém este quadro se altera quando há espaço para o desenvolvimento da dimensão individual dos membros da família, exigindo um reposicionamento relacional de todos. Os papéis de gênero e as obrigações entre pais e filhos deixam de estar claramente estabelecidos, com isso todas as questões dos direitos e deveres na família passam a ser objetos de constantes negociações (Sarti, 2002). Há um enfraquecimento das fronteiras entre categorias sociais e a identidade passa a ser percebida como idiossincrática. As diferenças pessoais passam a ser mais importantes do que as diferenças sexuais, etárias e posicionais que até então regulavam as relações familiares.

O exemplo mais comum é a des-diferenciação entre as categorias homem/mulher e adulto(pais)/criança(filhos): essas categorias deixam de ser percebidas como intrinsecamente diferentes através da ideia de 'indivíduo'. Isto é, homem, mulher, pais e filhos são todos indivíduos, que se relacionam a partir do ideal da igualdade e do respeito (Figueira, 1986, p.19).

Os marcadores da diferença deixam de ser os sinais estereotipados de gênero ou geração e passam a ser expressões do gosto pessoal de cada um. As noções de 'certo' e 'errado' perdem a delimitação rígida que possuíam, assim como a noção de desvio de comportamento. Instaura-se o reino da pluralidade de escolhas, limitadas apenas pelo respeito à individualidade do outro. Os princípios de hierarquia e de autoridade nos quais se baseava a família tradicional são colocados em questão (Figueira, 1986).

Neste novo modelo, denominado de família igualitária ou democrática, as relações buscam ser construídas pautadas no diálogo e no respeito às diferenças. As responsabilidades e os papéis são divididos de modo mais flexível, com decisões tomadas em conjunto, e a resolução de conflitos se dá baseada na argumentação, no exercício da liberdade e da individualidade. O poder e a autoridade são democratizados, sem supremacia de gênero. Com isso, a divisão de papéis parentais e os valores que norteiam a educação dos filhos deixam de ser preestabelecidos e constitui-se um novo desafio para as famílias contemporâneas conciliar os

interesses e valores pessoais de cada membro com a construção de uma realidade comum (Figueira, 1986; Araújo, 2010).

A falta de padrões e normas prévios, que organizavam o funcionamento familiar tradicional, abre a dimensão da escolha para os indivíduos. Estas escolhas dizem respeito à formação da identidade de cada um, já que não há mais regras claras de como ser. Giddens (1993) aponta que a falta de hábitos preexistentes obriga o indivíduo a negociar constantemente opções de estilos de vida, que definem sua própria identidade. A abertura de possibilidades revela a alta reflexividade da sociedade contemporânea, onde a construção da própria identidade passa a ser um projeto reflexivo constante.

Na ordem pós-tradicional da modernidade e, contra o pano de fundo de novas formas de experiência mediada, a auto identidade se torna um empreendimento reflexivamente organizado. O projeto reflexivo do eu, que consiste em manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas, tem lugar no contexto de múltipla escolha filtrada por sistemas abstratos. Na sociedade moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio e, quanto mais a vida diária e reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções (Giddens, 2002, p.12).

Se antes o indivíduo não tinha tantas escolhas, também não precisava se revelar em cada uma de suas ações. A falta de possibilidades limitava sua existência, porém o poupava da angústia de ter que escolher, sentimento comum na atualidade. Diante deste “não saber”, recorre-se cada vez mais ao saber especializado, que ocupa este espaço de fornecedor de respostas. Para Sarti (2002), a atualidade é ao mesmo tempo repleta de alternativas e extremamente normativa, uma vez que a sociedade está sempre formulando projetos ideológicos de como agir na esfera da família e da sexualidade.

Diversos autores ressaltam que estas mudanças em direção a relações familiares mais igualitárias ocorrem no plano do ideal e que a família contemporânea mostra-se na, prática, mais hesitante e ambígua, com a coexistência de antigos e novos valores (Figueira, 1986; Negreiros e Féres-Carneiro, 2004; Passos, 2005; Rocha-Coutinho, 2009, 2011; Jablonski, 2009, 2010; Araújo, 2010). Neste processo de transformação, o arcaico dá lugar ao moderno apenas aparentemente, mas continua presente, de modo mais ou menos consciente. Forma-

se uma espécie de sobreposição desses ideais, identidades e normas contraditórias, nomeada por Figueira (1986) como “desmapeamento”:

O ‘desmapeamento’ então, ao contrário do que a metáfora parece sugerir de modo mais imediato, não é a perda ou simples ausência de ‘mapas’ para orientação, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito (Figueira, 1986, p.22).

A incorporação de valores e práticas democráticas no interior da família encontra, segundo Araújo (2010), muitas dificuldades para se concretizar. A busca da igualdade de gênero e a adoção de práticas educativas democráticas são áreas nas quais estes impasses tornam-se mais evidentes. Por entender que estas duas dimensões do relacionamento familiar (as relações de gênero e as relações parentais) encontram-se intrinsecamente ligadas à construção da coparentalidade – objeto de nosso estudo – analisaremos, a seguir, cada uma destes aspectos e discutiremos algumas das principais questões colocadas na atualidade.

2. 2

Nova divisão de papéis na família

A concepção de que ambos os pais devem ser ativos e responsáveis na criação dos filhos, presente na construção do conceito de coparentalidade, é característica da organização familiar contemporânea. A forma como a sociedade concebe os papéis de gênero e a divisão das tarefas parentais modificou-se desde a Idade Média, passando pelo surgimento da família nuclear tradicional da modernidade – com papéis parentais definidos a partir da diferença sexual – até a atualidade, onde se observa a coexistência de diversos arranjos familiares e diferentes formas de divisão das funções parentais entre os membros de cada família.

Até o fim do século XVIII não havia uma divisão clara das tarefas realizadas por homens e mulheres, pois também não havia separação entre a família e o resto da comunidade e entre o trabalho e o restante das tarefas domésticas. A criação dos filhos não era considerada uma tarefa importante e específica da mãe, sendo delegada a amas ou a outros adultos. Da mesma forma, a responsabilidade pelo

provimento das necessidades da família não era exclusivamente masculina, tanto os homens quanto as mulheres dividiam as tarefas do trabalho (Ariés, 1978).

Somente após a ascensão da burguesia e a Revolução Industrial a família voltou-se para o âmbito doméstico e a divisão de tarefas entre os gêneros ficou mais clara. Homens e mulheres passaram a ocupar espaços distintos e a participação de um na área pertencente ao outro se tornou eventual (Negreiros e Féres-Carneiro, 2004).

Com o advento das fábricas, o trabalho passou a ser realizado fora do espaço de moradia e coube aos homens buscar o sustento da família com o trabalho assalariado. A imagem masculina tornou-se cada vez mais associada ao trabalho, à virilidade e à proteção dos membros da família, distanciando-se dos assuntos domésticos e da criação dos filhos. Os textos da época, segundo Badinter (1985), justificam esse afastamento masculino do lar a partir do comprometimento crescente dos homens com o mundo do trabalho, com a competitividade que este passa a exigir, e com envolvimento com a política. A função do pai na família passou a ser de um colaborador eventual, que deve dar bons exemplos aos filhos e suprir a família financeiramente.

Enquanto o trabalho remunerado realizava-se prioritariamente por homens, no mundo público das fábricas e dos escritórios, foi designado às mulheres o espaço privado, considerado “não produtivo”, da casa. Ocorreu uma centralização da família em torno da mulher-mãe que zelava pelo bem-estar das crianças e do marido, transformando-se na intermediária entre os membros da família (Badinter, 1985; Lash 1977; Rocha-Coutinho, 2005, 2009 e 2011). Coube à mulher, a partir desse momento, o papel de mãe dedicada e responsável pela harmonia familiar e pelo desenvolvimento saudável dos filhos. As funções da maternidade se estenderam para além dos cuidados de higiene e saúde, assegurando também a educação dos filhos, sua formação intelectual e sua felicidade (Badinter, 1985).

A abdicação das próprias necessidades e os sacrifícios pessoais são, nesse contexto, necessários para que as mulheres cumpram as funções que passam a ser delas exigidas a partir do final do século XVIII. Badinter (1985) aponta que as mulheres foram “enclausuradas” neste novo papel de mãe, pois as políticas públicas e o saber especializado da época determinavam claramente o sacrifício e a

dedicação à família como atributos de uma “boa mãe”. Para a autora, era muito difícil evitar a submissão a esses valores, sob a pena de uma condenação moral da sociedade:

Fechadas nesse esquema por vezes tão autorizadas, como podiam as mulheres escapar ao que se convencionara chamar de sua ‘natureza’? Ou tentavam imitar o melhor possível o modelo imposto, reforçando com isso sua autoridade, ou tentavam-se distanciar-se dele, e tinham que pagar caro por isso. Acusada de egoísmo, de maldade, e até de desequilíbrio, àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua ‘anormalidade’ (...) As mulheres submeteram-se, portanto, silenciosamente, algumas tranquilas, outras frustradas e infelizes (Badinter, 1985, p.238).

A polarização entre homens e mulheres e seus distintos espaços de atuação trouxe um desequilíbrio nas relações de poder, configurando uma relação de dominação e subordinação feminina nas decisões sociopolíticas e o distanciamento da figura masculina como fonte de cuidado (Badinter, 1985, Lyra et. al. 2010). Apesar da grande importância dada à família e ao cuidado com as crianças na sociedade tradicional, o domínio feminino do âmbito privado foi constantemente desvalorizado. Desta forma, a posição da mulher passa a ser permeada por ambiguidades.

Ao mesmo tempo em que o ideal do casamento por amor e o papel importante que passa a desempenhar no cuidado infantil tenderem a valorizá-la, a retirada da produção da vida doméstica e a entrada das crianças na escola acabam diminuindo sua importância (...). Se a importância da função materna justificou uma preocupação com a educação feminina e por isso uma certa emancipação de sua condição, essa mudança entrava em choque com a redução real da presença feminina fora do lar. Não só a mulher, como também o espaço social que ela passa a ocupar – a privacidade – serão contraditoriamente valorizados e desvalorizados (Mizrahi, 2004, p.36).

As mulheres ocupavam-se dos cuidados com a casa e com a criação dos filhos, fazendo destas tarefas sua principal “profissão”, sem, contudo, receber os benefícios econômicos que estavam relacionados ao trabalho fora de casa. Segundo Rocha-Coutinho (2005), este fato resultou em uma dependência econômica em relação a seus maridos e psicológica em relação a seus filhos. Assim, foram negadas às mulheres todas as capacidades socialmente valorizadas que garantiram por muito tempo a primazia dos homens na vida pública.

A aparente contradição presente no papel destinado à mulher contribuiu para uma insatisfação que culminou no movimento feminista ocorrido na segunda metade do século XX. Para Araújo (2008), o feminismo teve uma influência fundamental na transformação de valores, crenças, costumes, relações, práticas sociais e familiares da sociedade ocidental, alterando a antiga identidade feminina e tornando possível a existência de outras escolhas para as mulheres.

As mulheres ultrapassaram os limites de suas casas e ocuparam universidades, tribunais e hospitais, mostrando que a independência e a ambição não eram atributos predominantemente masculinos. Questionaram o pensamento vigente que compreendia a maternidade como um dom natural a todas as mulheres e as tarefas domésticas e de cuidado com os filhos como parte do domínio exclusivamente feminino. Badinter (1985) afirma que mesmo as mulheres que não se afastaram completamente dessas tarefas, mostraram pouco a pouco que desejavam cada vez mais compartilhá-las com seus companheiros.

Mudanças concretas no panorama social começam a ocorrer: observa-se uma diminuição do número de filhos em cada família, o aumento das oportunidades educacionais das mulheres e sua entrada progressiva no mercado de trabalho. Borges (2013) aponta que na contemporaneidade as mulheres vêm progressivamente se afastando do modelo tradicional de trajetória de vida baseado no padrão da mulher “rainha do lar” e se projetando na esfera pública, tendo o trabalho como um aspecto fundamental para sua realização pessoal.

Ter uma profissão e uma renda própria pode significar uma maior independência, autonomia e liberdade para as mulheres possibilitando que estas se coloquem no mundo de uma forma diferente (Borges, 2013). Ao auxiliar na economia familiar, por exemplo, a mulher aumenta seu poder de negociação e de decisão. Assim, pode exigir do marido dos uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas e a maior participação na criação dos filhos (Negreiros e Féres-Carneiro 2004; Araújo, 2008). Além disso, esse novo cenário possibilita um reposicionamento das mulheres também na relação conjugal.

O trabalho assalariado da mulher transforma, em parte, a natureza dos laços que a unem a seu parceiro. Ele permite ter a chave de casa. Esse ponto é tanto mais importante quanto o amplo lugar da afeição nas relações conjugais. A abertura de um segundo mercado para as mulheres (além do mercado matrimonial) lhes dá a

possibilidade de só viver conjugalmente por motivos amorosos (Singly, 2007, p.152).

Bruschini (2007), em levantamento realizado sobre a atividade feminina remunerada na realidade brasileira entre 1993 e 2005, confirma este aumento do percentual de trabalhadoras no país, possibilitado pelo surgimento de novos valores acerca do papel da mulher e do homem na sociedade e na família. Para a autora, outros elementos contribuíram para este quadro, dentre eles fatores demográficos, como a queda da taxa de fecundidade, principalmente nas regiões metropolitanas, e a redução do tamanho das famílias. A expansão da escolaridade das mulheres e maior ingresso destas no ensino superior também foi um fator determinante no aumento da inserção feminina no mercado de trabalho. Rocha-Coutinho (2011) também aponta o crescimento da porcentagem de brasileiras de classe média inseridas no mercado de trabalho, o que vem tornando cada vez maior o número de famílias onde ambos os cônjuges trabalham ou mesmo famílias chefiadas exclusivamente por mulheres.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, o controle da reprodução e o crescimento da economia e da mobilidade social possibilitaram o surgimento de um novo modelo de família. Este modelo, mais igualitário, é marcado pelo individualismo, pela fluidez e permeabilidade das fronteiras de identidade entre os dois sexos e pela pluralidade de representações e papéis. A divisão hierárquica entre os sexos ou faixas etárias é substituída pelas características particulares de cada membro da família e pelas necessidades emergentes exigindo um reordenamento de papéis e das relações familiares. A educação dos filhos passa a ser concebida como uma tarefa de ambos os responsáveis, sem papéis predeterminados a partir do gênero, exigindo dos pais uma articulação e uma negociação nas funções parentais essenciais para o desempenho da coparentalidade. Segundo Singly (2007), a família da contemporaneidade suprime a referência à noção de “chefe de família”, pois ambos os pais passam a serem responsáveis pela criança, provedores financeiros da casa e dividem a tomada das grandes decisões.

Nesse cenário, tornou-se necessária uma nova postura dos homens em relação à convivência com as mulheres no mercado de trabalho e na reavaliação de seus papéis dentro do lar. Os homens se viram obrigados a repensar as bases de sua identidade, questionando os limites de seus próprios direitos e obrigações e revendo

suas necessidades individuais para além dos estereótipos instituídos pela lógica patriarcal (Wang, Jablonski e Magalhães, 2006). Para Jablonski (1999), é como se os conceitos de masculinidade e de função paterna estivessem se “desmanchando no ar”.

Assim, um conjunto de sentimentos, atitudes, cognições e padrões comportamentais fixados de longa data em torno do poder e da responsabilidade econômica e política da sociedade vem sendo questionado. Expectativas normativas solidamente incorporadas cultural e historicamente, que valorizam no homem a instrumentalidade, em detrimento da expressividade, parecem suspensas (e prestes a desabar) no ar rarefeito da pós-modernidade (Jablonski, 1998, p.56).

Cobra-se uma nova postura dos homens, mais sensíveis e disponíveis subjetivamente, reavaliando suas relações com o trabalho e construindo um novo tipo de relacionamento com a família. Pesquisas recentes apontam que, na atualidade, pode ser percebida uma maior aproximação do discurso dos homens em relação às tarefas domésticas e a educação e criação de seus filhos (Jablonski, 1998, 1999, 2009, 2010; Gomes e Resende, 2004; Wagner, Predebon, Mosmann e Verza, 2005; Rocha-Coutinho, 2005; Teycal e Rocha-Coutinho 2007; Sutter e Bucher-Maluschke, 2008; Lyra et al. 2010; Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães e Ponciano, 2013).

O reflexo desse movimento já pode ser sentido, por exemplo, no desempenho masculino em tarefas ditas domésticas: limpar, lavar, passar, cozinhar, arrumar, organizar o dia-a-dia da casa, cuidar das crianças, incluindo suporte emocional, contribui para o bem-estar dos membros da família e para a manutenção do lar. Em comparação com os anos 1980, apesar de as mulheres ainda arcarem com a maior parte das tarefas domésticas, observa-se a tendência de, nos grandes centros urbanos, os homens participarem um pouco mais e as mulheres, um pouco menos (Wang, et al., 2006).

Surge um novo ideal de paternidade, com a emergência da figura de um pai mais ativo e não mais restrito à disciplina e ao suporte econômico familiar. Sutter e Bucher-Maluschke (2008) apontam a emergência de uma paternidade “participativa”, com maior envolvimento na educação e nos cuidados com os filhos, estabelecendo com estes relações mais complexas, estreitas e “reais”. O pai contemporâneo se dispõe a reconhecer seus sentimentos e estabelecer confronto com imposições do papel masculino que durante décadas foi associado à postura machista (Gomes e Resende, 2004).

Para Lyra et al. (2010), o poder social masculino estabelecido segundo a divisão tradicional de gêneros, ainda que seja fonte de privilégio e poderes individuais, traz alienação de sentimentos e afetos e limita o potencial para estabelecer relacionamentos de cuidado para com os filhos. Por outro lado, segundo a autora, o maior envolvimento masculino na paternidade observado na atualidade, pode ser fonte de grande satisfação para os homens. Em estudo sobre o envolvimento paterno na atualidade, Silva e Piccinini (2007) também encontraram relatos masculinos que apontam para a satisfação dos homens com a paternidade e sentimentos de proximidade afetiva com os filhos.

Cabe ressaltar que esse processo de reordenamento de papéis na família encontra-se marcado por ambiguidades e contradições. Castro, Carvalho, Cavalcanti, Costa, Franco, Menezes, Moreira, Petrini e Rabinovich (2010) ressaltam que enquanto o papel do pai na família sofreu mudanças significativas, o papel tradicional da mãe parece ter sido menos sujeito a alterações. Prevalece a concepção de que ela é maior responsável pelo cuidado com os filhos, apesar do aumento do emprego das mulheres fora de casa. Ainda que uma divisão rígida de papéis comece a ser questionada, as diferenças entre maternidade e paternidade ainda são atribuídas, em grande parte, a uma natureza diferente de homens e mulheres, (Rocha-Coutinho, 2005, 2009, 2011 e 2013).

A permanência de uma concepção tradicional da divisão de tarefas está relacionada, segundo Jablonski (2010), com uma profunda internalização das diferenças de atuação entre homem e mulher no casal, ancorada em vieses culturais solidamente enraizados que superam a influência mais individual relacionada aos cônjuges. A formação e a socialização das crianças continuam a encorajar o desenvolvimento de características essenciais para a manutenção dessa divisão estereotipada a partir das diferenças de gênero. Enquanto as meninas são incentivadas a terem atitudes de cuidado e ternura, os meninos são estimulados a realizar brincadeiras que exigem mais esforço físico, com grande competitividade e enfrentamento de riscos (Rocha-Coutinho, 2005; Wang, et. al., 2006; Lyra, et. al. 2010).

Novas e antigas visões sobre os papéis de gênero se sobrepõem, muitas vezes de forma contraditória. Diversos autores apontam que, na contemporaneidade, coexistem representações tradicionais e igualitárias dos papéis

atribuídos a homens e mulheres na divisão de tarefas familiares (Negreiros e Féres-Carneiro, 2004; Teycal e Rocha-Coutinho, 2007; Jablonski, 2007; Araújo, 2010; Rocha-Coutinho, 2011). Apesar da existência cada vez mais evidente de um discurso a favor da divisão igualitária das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos, na prática ainda predominam comportamentos relacionados a uma organização familiar tradicionalmente dividida a partir das diferenças de gênero (Rocha-Coutinho, 2011). Isso implica na emergência de conflitos e contradições visíveis na reprodução dessas práticas desiguais no cotidiano familiar. Na relação coparental, a indefinição dos papéis parentais e a coexistência entre um discurso igualitário e uma prática tradicional na divisão das tarefas tornam o trabalho de negociação de funções e valores parentais ainda mais complexo.

O aumento da participação masculina nas tarefas domésticas e parentais é marcado por ambiguidades. Apesar das reconfigurações das expectativas sociais em torno do papel masculino e da paternidade, essas mudanças acontecem mais no discurso do que na atuação concreta dos homens no dia-a-dia da família (Dantas, Jablonski e Féres-Carneiro, 2004). Há indícios de maior participação masculina no cuidado com os filhos, porém o mesmo não é tão comum na divisão das tarefas domésticas que continua sendo prioritariamente uma atribuição das mulheres, levando à constatação de que, na realidade brasileira, “os homens mudaram mais como pais do que como maridos” (Wang, et al., 2006). Da mesma forma, Jablonski (2010) e Sutter e Bucher-Maluschke (2008), em estudos sobre a participação dos pais nas famílias contemporâneas, observam um maior envolvimento paterno em relação aos afetos que permeiam a paternidade, sem que isso signifique uma apropriação da vida doméstica em si.

Além disso, mesmo quando os homens participam das práticas domésticas cotidianas, exercem uma função coadjuvante ou periférica, oferecendo seus serviços como uma “ajuda”, bastante seletiva (Wagner et. al., 2005; Rocha-Coutinho, 2009, 2011; Wang, et al., 2006; Singly, 2007; Jablonski, 2010; Castro, et. al. 2012).

O homem pode manifestar, aparentemente, sua boa vontade aceitando participar das tarefas domésticas, mas conseguindo não fazer direito aquilo que lhe é solicitado. Ele assume o papel de um aprendiz que em geral tem muita dificuldade para aprender (...) Os homens continuam não querendo ser os ‘machões’ à moda

antiga. Eles atestam sua boa vontade elaborando tal ou tal tarefa, escolhida por eles porque parece menos penosa (Singly, 2007, p. 157).

Cabe ressaltar que o crescente interesse masculino em participar do cotidiano e do crescimento dos filhos e um envolvimento maior no cuidado destes não implica, segundo Jablonski (2007), em uma divisão igual das tarefas que envolvem as crianças. Para o autor, a natureza das atividades desempenhadas pelos pais para com os filhos é distinta daquelas realizadas pelas mães. Na maior parte das famílias, os pais se envolvem em tarefas como jogos, aprendizagem e desenvolvimento, enquanto as mulheres cuidam de tarefas menos qualificadas, como alimentação e cuidados de higiene (Sutter e Bucher-Maluschke, 2008).

Enquanto mães ‘digladiam-se’ com seus filhos na alimentação, banho, cuidados corporais e vestimenta, os pais aparecem mais na ‘hora do recreio’, em atividades ligadas ao brincar (...) Para as mulheres, ficam as tarefas rotineiras, repetitivas, pouco gratificantes ou reconhecidas, praticadas em isolamento e que se repetem infundavelmente (Jablonski, 1998, p.124).

Assim, ainda que novos discursos sobre a divisão das tarefas domésticas e sobre o surgimento de uma “nova paternidade” estejam muito presentes nas sociedades ocidentais contemporâneas, observa-se na prática uma associação muito forte entre o universo “do lar” e as mulheres. Assim como os homens, as mulheres assumem posições ambíguas no que diz respeito a esse novo lugar que ocupam. A conquista de um novo espaço no mundo do trabalho e a necessidade de uma maior divisão de tarefas no âmbito doméstico também é contraditória e permeada por conflitos para as mulheres

O investimento efetivo em uma carreira profissional vai de encontro com a concepção do papel materno como sendo “natural” e a solução encontrada por grande parte das mulheres é buscar – nem sempre com sucesso – realizar simultaneamente essas duas prioridades da sua vida. Muitas vezes, a tentativa de conciliação envolve sentimentos de culpa e ressentimento por parte das mulheres, que consideram insuficientes a atenção e o cuidado que estão dando aos filhos (Rocha-Coutinho, 2011). Amazonas, Vieira e Pinto (2011), em estudo sobre o tema, observam que na contemporaneidade as mulheres sentem-se divididas entre serem profissionais completas ou corresponderem ao que ainda se espera de uma mulher como dona-de-casa e mãe. Vivem em um momento no qual lhes é cobrado ocuparem a posição de sujeito autônomo e o trabalho constitui a possibilidade de

afirmação deste lugar. Ao mesmo tempo, são exigidas a corresponderem ao papel de mulheres/ mães, esposas e donas-de-casa.

Essas mulheres se situam em um tempo histórico no qual o modelo a ser seguido é o de um sujeito autônomo, independente, capaz de se autogovernar, de fazer escolhas e se responsabilizar por elas, mas que simultaneamente, se deparam com papéis femininos tradicionais, difundidos na sociedade e são pressionadas a assumi-los. Esses papéis definem seus comportamentos, seus modos de vestir, de se relacionar e de se portar e, muitas vezes se apresentam como regras contraditórias (Amazonas et al., 2011, p. 317).

Além disso, ao mesmo tempo em que as mulheres da contemporaneidade desejam dividir a sobrecarga de trabalho causada pelo acúmulo de funções entre o trabalho e a vida doméstica, sentem-se ameaçadas quando isso acontece. Desde o surgimento da família nuclear no século XVIII, o lugar que as mulheres passaram a ocupar na família, ao mesmo tempo em que foi fonte de aprisionamento e submissão, conferiu a elas um poder no âmbito doméstico. Badinter (1985) aponta que, ao aceitar incumbir-se da tarefa de cuidar da casa, dos filhos e do marido, a mulher torna-se a “rainha do lar”, aumentando sua influência na família. Para Amazonas, et al. (2011), quando o homem divide as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, avança no espaço da mulher e ameaça um poder do qual usufrui e não quer abrir mão, decorrente da crença na essência ou na natureza feminina, que se revela principalmente no cuidado com os filhos, que apenas elas saberiam realizar.

Dessa forma, o sentimento das mulheres diante do acúmulo de tarefas e da sobrecarga de responsabilidades em casa e no trabalho se apresenta ambíguo. Ao mesmo tempo em que pesquisas apontam para a existência de conflitos e sentimentos de insatisfação diante desta divisão desigual de tarefas (Jablonski 1998 e 1999; Rocha-Coutinho, 2005), observa-se uma aceitação por parte dessas mulheres da situação desequilibrada e da predominância feminina no universo doméstico, coerente com as ideias mais tradicionais. Em estudos mais recentes, Jablonski (2010) observou que nem sempre há um sinal de inconformidade por parte das mulheres, indicando a manutenção de uma noção mais tradicional de que as tarefas domésticas não se prestam para serem divididas igualitariamente entre os sexos. Para o autor, ambas as posturas estão coerentes com o conceito de tradicionalização, segundo o qual homens e mulheres, após se tornarem pais/mães,

adotam posturas mais tradicionais em relação a seus papéis parentais e a divisão do trabalho doméstico, apesar de possíveis atitudes igualitárias anteriores.

Por fim, é importante ressaltar que essas modificações não ocorrem de forma homogênea em todas as famílias da contemporaneidade. Coexistem modelos mais tradicionais e hierárquicos e outros mais igualitários, nos quais maridos e esposas dividem efetivamente as tarefas domésticas e educativas. Há ainda famílias nas quais as mulheres são as principais mantenedoras financeiras do lar, acumulando o trabalho fora de casa, o serviço doméstico e a criação dos filhos (Wagner, et. al. 2005, Jablonski, 2010; Rocha-Coutinho, 2011).

Araújo (2010) aponta que a assimilação de ideais mais igualitários na família não ocorre da mesma maneira nas diferentes camadas sociais da população. Vários fatores interferem nessa dinâmica, entre eles o nível socioeconômico e a escolaridade. As modalidades alternativas de organização familiar, mais próximas da ideologia igualitária, ocorrem, segundo Romanelli (2002), com mais frequência entre os segmentos das camadas médias com maior nível de escolarização e mais abertos a inovações culturais. Rocha-Coutinho (2009) também observa essa tendência, ressaltando que o ideal de família igualitária se faz mais presente entre homens e mulheres pertencentes aos grandes centros urbanos e com grau universitário.

A formulação do projeto individualista da contemporaneidade pressupõe, como aponta Sarti (2002), condições sociais específicas de educação, valores e recursos simbólicos que muitas vezes estão ausentes nas famílias de baixa renda. Este grupo encontra-se subordinado à realidade social em que vive e a tradição mantém-se como referência fundamental de existência. A permanência dos valores tradicionais da família e da vivência comunitária, em detrimento da busca por autonomia e individualização, são formas de proteção contra as condições duras da realidade das populações de renda mais baixa (Singly, 2007).

2.3

Transformações do papel parental

As modificações sofridas pela família ao longo da história contribuíram para que esta ocupasse um papel cada vez mais central na socialização dos indivíduos. Após o surgimento da família nuclear moderna, o convívio comunitário tornou-se mais restrito e a inserção da criança na sociedade passou a ser feita a partir do convívio familiar e das práticas educativas. Dessa forma, os pais assumem a responsabilidade de ensinar aos seus filhos os principais valores, hábitos e regras de convívio pertencentes ao grupo do qual fazem parte. Segundo Lash (1977) a função da família nesse contexto vai além da instrução sobre as regras sociais predominantes. Cabe a ela assinalar, muitas vezes de forma não consciente, modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos.

A união de amor e disciplina nas mesmas pessoas, mãe e pai, cria um ambiente fortemente carregado, no qual a criança aprende lições que nunca esquecerá – não necessariamente as lições explícitas que seus pais desejam que conheça. Desenvolve uma predisposição inconsciente para agir de determinada maneira e recriar mais tarde, em suas relações com seres queridos e autoridades, suas primeiras experiências (Lash, 1977, p.25).

A família tornou-se, portanto, o primeiro referencial para a constituição identitária dos filhos, trazendo ao mesmo tempo o sentido de pertencimento ao grupo e a noção de ser um sujeito em separado (Minuchin, 1982). Para Szymanski (2004), cada núcleo familiar possui uma cultura própria, impregnada de valores, hábitos, mitos, pressupostos, formas de sentir e interpretar o mundo e é nele que a criança encontra os primeiros “outros” e começa a constituir-se como sujeito. Porém, a forma como esses valores e hábitos são transmitidos no interior da família e a forma como os pais articulam suas próprias crenças sobre educação, cuidado e autonomia não são estanques, mas modificam-se com o passar do tempo, acompanhando as mudanças sofridas pela sociedade ocidental.

No modelo de família tradicional, os papéis familiares eram predeterminados e as práticas educativas baseavam-se na autoridade e na hierarquia. As diferenças entre os adultos e as crianças eram nitidamente marcadas, com os primeiros ocupando o lugar de detentores do saber e, por isso, autorizados a mostrar seu poder através da disciplina. Os papéis ocupados pelos membros da família eram determinados e as noções do que era “certo” e “errado” no comportamento de cada um eram bem delimitadas (Figueira, 1986; Sarti, 2002, Stengel, 2011). A necessidade de discussão e negociação acerca de quais valores

seriam utilizados na educação dos filhos e de que forma isso seria feito não estava presente nesse contexto, tanto porque pai e mãe já conheciam seus papéis quanto porque esses valores já estavam previamente definidos.

O processo de modernização da família fez com que esse ideal de hierarquia fosse progressivamente abandonado em prol de uma ideologia “igualitária”, disseminada através do discurso dos saberes especializados, com a influência dos meios de comunicação em massa. Nesse novo modelo de organização familiar, homens, mulheres e crianças deixam de ser percebidos como intrinsecamente diferentes e passam a ser considerados como indivíduos, diferentes em sua singularidade, relacionando-se através do ideal da igualdade e do respeito (Figueira, 1986). Com isso, o exercício da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres na família não são mais predeterminados, mas sim objetos de constantes negociações (Sarti, 2002).

Guiados por essa tentativa de romper com os padrões hierárquicos das relações, os pais da contemporaneidade buscam uma educação em que todos os membros da família se percebem como sujeitos, com necessidades próprias e permissão para expressá-las e com respeito às diferenças individuais. Segundo Stengel (2011), nesse modelo igualitário, os pais saem do seu papel tradicional para serem amigos dos filhos, deixando uma lacuna no lugar da figura da autoridade. Há uma clara tentativa de não repetição das práticas educativas das gerações anteriores, sem que, no entanto, tenham novas estratégias e padrões de educação que se mostrem eficazes para essa substituição (Wagner, 2003).

Na tentativa de educar os filhos de forma moderna, os pais tendem a descartar o antigo, tido como tradicional e hierárquico. Assim, na busca do novo, as experiências do passado, vivenciadas nas famílias de origem deixam de ser possíveis referências educativas para as gerações atuais. Observa-se que há um compromisso de reinventar a forma de educar os filhos, sem que seja permitida a busca de apoio nas experiências anteriores, já que elas são consideradas como algo que deve ser superado (Wagner, 2003, p.29).

A transmissão de questões transgeracionais relativas a valores, crenças e legados familiares faz parte da própria constituição do núcleo familiar e são um ponto de apoio dos progenitores na construção e no exercício dos valores, metas e estratégias educativas. Dessa forma, ao tentar se opor àquilo que vivenciaram em suas famílias de origem, assimilando muitas vezes de forma indiscriminada os

valores contemporâneos, os pais acabam sem referências claras sobre o modo como devem se posicionar diante das situações educativas do dia-a-dia com os filhos. Encontram dificuldades para julgar de forma criteriosa decisões simples do cotidiano relacionadas, por exemplo, a comportamentos permitidos e proibidos. Ao não possuírem regras claras de educação, os pais tornam-se inconsistentes diante dos filhos (Barbosa e Wagner, 2014; Wagner 2003, 2007).

Observa-se, na contemporaneidade, uma fragilização dos papéis parentais. Segundo Zanetti e Gomes (2011), esse fenômeno relaciona-se a dificuldades que os pais possuem em educar seus filhos, devido à insegurança e às dúvidas no exercício de suas funções por não conseguirem se apropriar das mudanças da sociedade contemporânea de forma equilibrada. Diversos aspectos estão relacionados a essa dificuldade encontrada pelos pais na atualidade. Além da falta de referências educativas das gerações anteriores, destacam-se a maior vulnerabilidade dos pais às ideias difundidas sobre as novas teorias e alternativas de educação e o surgimento de novas demandas sociais.

A importância que a criança e sua educação adquiriram para a família e para a sociedade a partir do século XIX possibilitou o surgimento de diversas especialidades dedicadas a estudar e a divulgar as formas ideais de se relacionar e cuidar de um filho. Com base em pesquisas e estudos científicos, profissionais da saúde e da educação constroem novas teorias sobre desenvolvimento infantil e passam a apontar como os pais devem tratar, alimentar, educar e se relacionar com seus filhos (Zanetti e Gomes, 2011). Esse movimento de normatização do funcionamento familiar por parte do saber especializado não é exclusivo da contemporaneidade. No Brasil, desde o advento da medicina higienista, as famílias recorrem aos técnicos em saúde e educação para responderem aos dilemas da criação e educação dos filhos (Costa, 1979). Porém, as famílias tradicionais também se valiam de valores como hierarquia e autoridade para nortear suas condutas educativas. Na contemporaneidade, a valorização do saber científico, associada à falta de referências próprias de educação e à disseminação do pensamento igualitário e individualista, contribuíram para o enfraquecimento do poder da autoridade parental, tornando a tarefa educativa muito mais complexa.

A interferência dos especialistas, com suas teorias sobre infância e educação, pode favorecer uma desqualificação do saber natural dos pais em relação

ao saber especializado, ao reforçar a existência de uma parentalidade e um funcionamento familiar idealizados (Lash, 1977; Costa, 1979; Wagner, 2003). Além disso, contribui para um aumento da responsabilização parental por todo o processo educativo dos filhos. Os pais não se sentem no direito de errar com a criança e nesta busca em se adequar ao “certo”, acabam perdendo sua autenticidade (Zanetti 2009; Zanetti e Gomes, 2011).

Outro aspecto da contemporaneidade que contribui para o processo de fragilização dos papéis parentais é o surgimento de novas demandas sociais. Com o aumento da necessidade de bens de consumo e de um ensino cada vez mais sofisticados e o aumento da dificuldade na manutenção do status socioeconômico familiar, os chefes de família (homens e mulheres) se viram obrigados a se dedicarem mais ao trabalho. Diante desse aumento da demanda de trabalho, observa-se na sociedade brasileira um movimento de terceirização da missão educativa para escolas e babás, o que pode gerar um sentimento de culpa nos pais por passarem tanto tempo longe dos filhos (Wagner, 2003; Mizrahi, 2004). Essa culpabilização interfere na dinâmica das relações familiares, pois paralisa os pais diante do medo de frustrar os filhos e essa suposta “dívida” não permite que se coloquem como autoridade diante dos mesmos (Zanetti, 2009; Barbosa e Wagner, 2014).

A culpa deve surgir quando se deparam com o fato de que os filhos passam mais tempo em escolas ou creches, diante da televisão, com suas professoras e babás do que com eles próprios, pois, imersos neste sistema, precisam trabalhar muito. Esse sentimento de culpa acaba, por sua vez, interferindo imensamente na dinâmica das relações paterno-filiais porque funciona como um paralisante, diante do medo de ressentimento dos filhos, ou mesmo dificultando que esses pais se coloquem como autoridade diante dos filhos por se sentirem em dívida com os mesmos (Zanetti e Gomes, 2011, p. 497).

A não hierarquização das relações passa a ser um ideal de relacionamento familiar, levando os pais da contemporaneidade a buscarem estratégias mais democráticas e cooperativas de lidar com filhos em vários âmbitos de sua relação, como por exemplo, na resolução de conflitos familiares (Wagner, 2005). Féres-Carneiro, Ziviani, Magalhães e Ponciano (2013) em estudo sobre o tema também apontam para uma tendência à evitação de conflitos entre os membros da família contemporânea, recorrendo ao diálogo como primeira opção para solucionar os impasses familiares, tendo os castigos e punições físicas apenas como alternativas

secundárias. Porém, na prática, observa-se que os pais, sem referências, oscilam entre atitudes autoritárias e extremamente permissivas, adotando práticas educativas pouco consistentes (Araújo, 2010).

A tentativa de distanciar-se dos modelos educativos mais coercitivos em prol de estratégias mais democráticas de educação dos filhos gerou, segundo Sarti (2002), uma confusão entre os excessos da autoridade da família hierárquica tradicional e o exercício legítimo e necessário da autoridade na família. Para a autora, esse processo culmina em uma maior permissividade que prejudica as crianças, que ficam sem limites estabelecidos. Zanetti e Gomes (2011) confirmam essa relação entre a fragilização dos papéis parentais e falta de limites na educação infantil, apontando a presença crescente de crianças pequenas que desafiam intensamente a autoridade dos pais e professores na contemporaneidade. A diminuição da hierarquia nas relações familiares, segundo as autoras, tem efeitos na formação das crianças e na sua capacidade de enquadrar-se em outras situações de autoridade.

A dificuldade que a criança possui de se submeter à autoridade da professora na escola expressa a dificuldade dos pais de transmitirem essa forma de relacionamento à criança como um princípio claro, permitindo a esta crescer com uma liberdade maior do que a escola e a professora lhes proporcionam, prejudicando o contato da criança com o ambiente social (Zanetti, 2009, p.66).

Fragilizados em sua autoridade e afligidos pela culpa, os pais assumem posicionamentos ambivalentes e inconsistentes diante dos filhos, adotando esses novos valores e conhecimentos sobre educação da maneira que lhe for mais conveniente, dependendo do momento ou circunstância. Para Wagner (2003), a inconsistência se manifesta principalmente de duas formas: quando o mesmo comportamento é punido em um momento e recompensado em outro, e quando um dos pais pune um comportamento e o mesmo é recompensado pelo cônjuge, dificultando o exercício de uma coparentalidade saudável. A autora ressalta que o apagamento das diferenças hierárquicas e o maior igualitarismo nas relações familiares faz com que apareçam de forma mais explícita aos olhos dos filhos as diferenças de pensamento entre pai e mãe.

As discordâncias na forma de conceber a educação dos filhos entre os parceiros tornam-se ainda mais claras e a dificuldade em articular estas diferenças

pode ter consequências na transmissão para os filhos de valores familiares e da noção autoridade (Zanetti, 2009; Zanetti e Gomes, 2009 e 2011). Nesse contexto, emerge a necessidade de uma constante negociação entre pai e mãe a respeito do projeto educacional que desejam construir para seus filhos e da forma como escolhem realizá-lo. Não há mais um padrão preestabelecido que determine como se deve educar uma criança e qual a participação de cada um dos pais nesse trabalho. Ambos podem se sentir autorizados a colocar em prática sua forma particular de entender educação e cuidado e a busca de um projeto educacional em comum exigirá um trabalho de articulação entre o casal parental, tal como descrito no conceito de coparentalidade.

Muitas vezes, confunde-se afetividade e aprovação incondicional e os pais esquecem que ser afetivo e amoroso com os filhos não significa ausência de firmeza nas atitudes educativas. Para Araújo (2010), qualquer responsável pela educação de uma criança tem a obrigação de exercer sua autoridade parental e impor limites, sempre que necessário, com base na posição geracional que ocupa. A autora ressalta que a adoção de práticas educativas democráticas não implica o abandono de autoridade, muito menos ausência de conflitos. Ao contrário, a democracia supõe a existência de um espaço permanente de negociação de conflitos e respeito às diferenças (Araújo, 2008).

A democracia, como se sabe, é uma forma política não só aberta aos conflitos, mas essencialmente definida pela capacidade de conviver com eles e de acolhê-los. Supõe a convivência com pontos de vista diferentes. O desejo de unidade é o maior engano que nos afasta da democracia (Araújo, 2008, p. 120).

Atualmente vivemos uma etapa de transição, na qual os valores que embasavam as práticas educativas foram questionados e novos modelos ainda não estão estabelecidos, portanto as novas formas de relacionamento entre pais e filhos são difíceis de serem assimiladas. O desafio da parentalidade nos dias de hoje é promover uma educação de forma não rígida e mais participativa, com relações mais compreensivas e próximas das crianças. Ao mesmo tempo, devem ser mantidas as relações hierárquicas no interior da família, respeitando os lugares e funções de cada um no grupo familiar, não confundindo autoridade com autoritarismo (Romanelli, 2002; Zanetti e Gomes, 2011).

O exercício da coparentalidade encontra-se atravessado por todas essas questões contemporâneas. Aquilo que era definido e inquestionável na família – o papel do pai como provedor, da mãe como cuidadora exclusiva, dos filhos como submissos à autoridade e poder dos adultos – agora não está mais estabelecido como ideal de funcionamento familiar. Torna-se um desafio conciliar os papéis e as tarefas cotidianas nesse contexto onde não há definições prévias de como um casal deve se articular e quais valores deve utilizar para educar os filhos. Segundo Zanetti e Gomes (2011), para se tornarem consistentes e menos ambivalentes, as práticas educativas precisam ser construídas com autenticidade e segurança por ambos os cônjuges, valorizando as qualidades e experiências pessoais de cada um em primeiro lugar, tendo como pano de fundo o saber dos especialistas e as características da sociedade contemporânea.